

Presidente inicia governo com Congresso antigo

Fernando Henrique enfrenta mesma bancada nos dois primeiros meses da nova administração

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – Governo novo, Congresso velho. Esse é o quadro político dos dois primeiros meses do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na segunda-feira, quando retomar a articulação política dos assuntos de interesse do governo no Congresso, o presidente vai deparar-se com a mesma bancada governista que nos últimos meses pregou-lhe algumas peças, rejeitando medidas importantes para o ajuste fiscal que vai garantir ao Brasil o acesso aos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esse já é um dos focos de atenção de alguns políticos dos partidos que dão sustentação ao governo no Congresso. Para eles, com o início da nova legislatura apenas em fevereiro, o presidente poderá ter novas surpresas. O Congresso vai abrir a convocação extraordinária com o desafio de conciliar a necessidade de aprovação rápida de medidas impopulares – como o aumento da alíquota e a prorrogação da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – pelo voto de muitos parlamentares que não conseguiram reeleger-se e, portanto, poderão faltar a seus compromissos com as demandas do Planalto na reta final do mandato.

“Um novo governo com velho Congresso pode trazer dificuldades”, diz o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA). Segundo ele, ainda é cedo para saber se o clima de fim de mandato vai contaminar os governistas e comprometer os interesses do presidente. “Não é possível prever como vão agir esses parlamentares, mas poderá haver algum ruído”, prevê. O deputado baiano espera desde a simples ausência de deputados governistas até o voto contrário nas matérias mais importantes.

O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), contudo, é mais otimista. Lembrando a experiência das votações em novembro e dezembro, quando – logo após as eleições – o governo reuniu quórum para concluir a reforma da Previdência e adiantar o programa de estabilidade fiscal, ele garante que as mágoas da eleição não serão argumento, agora, para esvaziar a convocação extraordinária. “Todo mundo virá”, afirma.

Além disso, na sua avaliação, o governo não correrá riscos porque a apreciação da CPMF ainda está no Senado, o que aumenta as chances de sucesso. “Não estaremos nessa dependência”, avisa. Nas contas do líder tucano, quando a emenda do novo imposto chegar à Câmara – onde as votações tradicionalmente exigem doses extras de negociação para garantir a aprovação das matérias e um número maior de votos favoráveis –, será recebida pela nova bancada governista, cujo mandato começa em fevereiro.

Os articuladores políticos do presidente acreditam que a base parlamentar que assume na próxima legislatura será mais afinada ao Planalto, o que deverá reduzir o desgaste de mobilização de cada votação. O perfil e as tendências desses novos discípulos já foram mapeados por esses operadores, que prevêem mais tranquilidade no relacionamento com o Congresso.

Pauta quente – A convocação extraordinária terá como tema principal a conclusão da votação do programa de estabilidade fiscal, desenhado pelo governo para economizar R\$ 28 bilhões ao longo do ano. Além da emenda que prorroga e aumenta a alíquota da CPMF, os parlamentares vão discutir a proposta de Orçamento para 1999. Essas são as duas matérias mais urgentes, já que completam o aperto fiscal que o governo pretende fazer ao longo do ano que vem. Só com o Orçamento, o governo projeta economia de R\$ 8,7 bilhões.

Também estará em jogo a regulamentação da reforma administrativa, cujo eventual fracasso na aprovação poderá custar ao governo mais alguns milhares de reais. Entre os pontos mais importantes, está o projeto de lei que permitirá a demissão de ser-



O líder Madeira é otimista em relação ao quórum: “Todo mundo virá”

vidores públicos por excesso de quadros – facilitando o enquadramento de Estados e municípios às regras da Lei Camata, aquela que limita a 60% da receita os gastos dos governos com o pagamento do funcionalismo – e por seu desempenho na função.

O governo federal também promete insistir na instituição da cobrança previdenciária dos servidores públicos inativos, derrubada pelo Congresso durante a tramitação da reforma da Previdência e retirada da MP 1.720, que acabou sendo reformulada e editada

com regras mais restritas. A medida, uma das mais polêmicas das incluídas na reforma da Previdência, já foi vetada três vezes pelos parlamentares. O Ministério da Previdência pretende fazer um esforço de esclarecimento dos políticos e da sociedade para viabilizar a aprovação da cobrança, que vai significar o recolhimento de até 11% dos vencimentos de

aposentados e pensionistas. Além desses temas puramente econômicos, os políticos darão início às discussões em torno da reforma política e tributária, as-

suntos que também são de grande interesse do governo. Fernando Henrique espera ver aprovada a emenda da reforma política para colocar suas relações com o Legislativo em um patamar mais alto, eliminando o balcão de negócios que se tornou a conquista de votos favoráveis da sua bancada no Congresso. Favorecida pela delicada conjuntura econômica nacional – em que as crises internacionais impõem a necessidade de austeridade interna – a proposta de reforma tributária poderá sair, finalmente, das gavetas da Câmara.

Reformulação do pacto – “A reforma tributária precisa ter a sua discussão aprofundada”, frisa Geddel, para quem a reformulação do pacto federativo é o ponto mais importante a ser analisado pelos políticos. “Não podemos discutir apenas alíquotas, mas a redefinição do pacto.” Segundo ele, não vai adiantar um esforço permanente do governo federal para ajustar as contas públicas sem que Estados e municípios participem ativamente. “A reforma tributária é fundamental para os objetivos de ajuste do governo e para a estabilidade da economia”.

No ano que vem, também estará em discussão a revisão do teto do funcionalismo público, cuja fixação em R\$ 12,7 mil causou enorme reação negativa no Congresso. Os chefes dos três poderes prometem reduzir o valor para R\$ 10,8 mil, patamar desejado por Fernando Henrique e rechaçado pelo Judiciário. Outro tema que estará nas mãos dos parlamentares é a Lei de Responsabilidade Fiscal, com que o governo pretende enquadrar e aperfeiçoar o padrão de gestão dos recursos públicos. Entre outras normas, a nova lei vai criar o crime de responsabilidade para governantes acusados de má gestão do dinheiro público e um gatilho para frear os gastos quando os limites previstos no Orçamento forem atingidos.

ANÁLISE DA CPMF AINDA ESTÁ NO SENADO